

FLEXÃO OU DERIVAÇÃO? REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE GÊNERO, NÚMERO E GRAU

Roza Paomanes (UFRRJ)
Fernanda da Silva Ribeiro (UFRRJ)

RESUMO

Este artigo tem como objetivo levantar discussões acerca do ensino de gênero, número e grau em nossas escolas. O assunto é constantemente debatido no meio acadêmico e científico, uma vez que ainda não se chegou a um consenso sobre a divisão dessas três categorias dentro dos processos de flexão e derivação no português. Procura-se, através de produções de teóricos e especialistas em morfologia, encontrar soluções que ajudem os professores a ensinar tal parte da gramática de forma mais proveitosa. Ainda, discute-se acerca da derivação de gênero, uma proposta de ensino já defendida por muitos professores e teóricos.

PALAVRAS-CHAVE: Flexão. Derivação. Ensino.

INTRODUÇÃO

A discussão quanto ao verdadeiro lugar do gênero, do número e do grau num **continuum** entre flexão e derivação está, ainda hoje, na pauta de diversos pesquisadores. Por não se ter, ainda, uma palavra final acerca do tema, apresentaremos, neste artigo, estudos recentes referentes ao gênero, número e grau dos nomes dentro dos processos de Flexão e Derivação na língua portuguesa, de modo a promover reflexões e contribuir com a formação e atualização dos professores. Pesquisas dessa natureza são fundamentais para que o docente compreenda o que elas apontam e ajude o aluno a não ter tantas dificuldades na aprendizagem de tal ponto de gramática.

Ao longo da nossa exposição, iremos apresentar ao leitor estudos de teóricos renomados e especialistas em morfologia, como Gonçalves (2007) e Piza (2012), além de mencionar gramáticos tais como Bechara (2009) e Cunha e Cintra (2008). Visando mostrar como os livros didáticos abordam a Flexão e a Derivação, foram utilizados, para fins de análise, dois compêndios adotados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD): Cereja e Magalhães (2009) e Beltrão e Gordilho (2009). Com isso, faremos um contraponto entre as abordagens dos teóricos mencionados e a proposta de ensino apresentada nos dois livros didáticos.

Autores de décadas passadas tratam o gênero dos nomes substantivos como oriundo de um processo flexional. Todavia, há estudos recentes que apontam para o termo *derivação de gênero*. A fim de discutir tal fato, confrontaremos, principalmente, as ideias de Câmara Jr. (2011) e as de Botelho (2004) com o intuito de apontar a nova tendência emergente.

Espera-se que o leitor aprenda com as propostas apresentadas e, futuramente, contribua com novas visões, as quais, por sua vez, despertem interesse em outros leitores para que, desse modo, crie-se um círculo virtuoso produtivo.

1 i FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Dentre os processos morfológicos do português, a Flexão e a Derivação são assuntos constantemente presentes na pauta de pesquisadores, além de bastante discutidos no meio acadêmico, porquanto existem dificuldades quanto à classificação das categorias de gênero, número e grau como processos flexionais ou derivacionais. O que se sabe é que não se chegou a um consenso acerca desse caso, uma vez que gênero, número e grau coexistem, muitas vezes, dentro da Flexão e da Derivação. A par disso e visando dar apoio a professores, em muitas ocasiões recém-formados e apreensivos em relação à aplicação do assunto de forma adequada em sala de aula, especialistas na área morfológica, como Gonçalves (2007) e Piza (2012), apresentam o resultado de seus estudos, contribuindo para os debates dentro da academia e, indubitavelmente, atenuando a insegurança dos nossos docentes de Língua Portuguesa.

Gonçalves (2007) investiga os processos flexionais e derivacionais quanto ao grau (aumentativo, diminutivo e intensivo), discutindo a dificuldade em se classificar tal categoria morfológica dentro dos processos de Flexão e Derivação.

Segundo o autor, a tradição gramatical ainda não chegou a um consenso no que tange à classificação dos afixos: na década de 1970, as gramáticas tradicionais eram unânimes quanto à classificação flexional; dez anos depois, no entanto, os gramáticos repensaram sua opinião e mudaram sua postura, passando a classificar o grau como um processo derivacional. Em vista disso, grande parte das gramáticas normativas sustenta o fato de o grau morfológico constituir derivação. É o que se nota em Cunha e Cintra (2008), que consideram o uso dos sufixos aumentativos e diminutivos como derivação sufixal, dando como respectivos exemplos *ñcaldeirão*, *ñparedão* e *ñcãozinho*, *ñruazinha*. Em contrapartida, há, atualmente, muitos livros didáticos que analisam a gradação como pertencente ora à Flexão, ora à Derivação.

Visando amparar professores de língua portuguesa que, frequentemente, deparam-se com situações dúbias, Gonçalves (2007) vai à busca de respostas nos compêndios gramaticais, nos morfólogos e em pesquisas linguísticas. Em linhas gerais, as gramáticas normativas, com exceção de Rocha Lima (2011), limitam-se a apresentar listas contendo os principais sufixos denominados gradativos, e também se restringem a expor as formas sintéticas (construções base + afixo, como *ñcadeirinha*, *ñbocarra*, *ñpaupérrimo*) e as analíticas (construções sintáticas, como *ñcadeira pequena*, *ñboca grande*, *ñmuito pobre*). (cf. BECHARA, 2009, p. 361-362)

O fato de grande parte das gramáticas normativas incluírem o grau no rol da derivação deve-se a Câmara Jr. (2011), que considera a gradação morfológica um processo tipicamente derivacional. Mesmo assim, há gramáticas escolares e livros didáticos os quais, frequentemente, caem em contradição, por associarem o grau ao processo flexional. Ainda, como aponta Gonçalves (2007), há poucos livros didáticos que focalizam o uso efetivo dos afixos de grau dimensivo, visto que estes quase nunca veiculam a noção de tamanho.

Mais adiante, Gonçalves (2007) apresenta oito critérios morfológicos capazes de classificar o grau como um processo flexional ou derivacional. O autor os apresenta na forma de máximas, em que são focalizados os afixos de grau dimensivo e intensivo. Durante análise e exemplificação, percebe-se uma imprecisão no que concerne à classificação de afixos gradativos como puramente flexionais ou puramente

derivacionais. Ao longo da exposição, o autor aponta para critérios cujos argumentos favorecem e dão apoio a outros, e, concomitantemente, para critérios cuja proposta diverge de outros, de modo a acarretar dificuldades de classificação. Terminada a análise, Gonçalves (2007, p.163) conclui que

os critérios não atuam de modo coerente e preciso: o mapeamento dos traços que diferenciam flexão de derivação deve ser encarado como tentativa de diagnosticar os afixos de uma língua e não como um veredicto sobre sua verdadeira localização no componente morfológico.

Seguindo uma linha de raciocínio similar a de Gonçalves (2007), Piza (2012), por meio de seus estudos, objetiva demonstrar que Derivação e Flexão não são processos estanques em português. A pesquisadora, orientada pelo pensamento de Bybee (1985), expõe as discussões em pauta no meio acadêmico concernentes às dificuldades de se enquadrar as categorias de gênero, número e grau dentro dos processos flexionais ou derivacionais. As análises vistas hoje provam que não há fenômenos tipicamente caracterizados como Flexão ou Derivação e, sim, um **continuum**, de maneira que ambas constituem um único processo.

Utilizando como base os principais compêndios de morfologia, Piza (2012), faz um levantamento de características que melhor posicionem cada uma das categorias i gênero, número e grau i dentro do **continuum** Flexão/Derivação. Para tanto, ela trata os dois processos como categorias discretas a fim de que se possa obter um critério objetivo para a colocação do gênero, número e grau na escala. A autora centra a sua análise em cinco máximas, presentes abaixo, com exemplos do português.

Máxima (1): Na Flexão, a Morfologia tende a atuar como único veículo de expressão do conteúdo, ao passo que na Derivação sempre existe a possibilidade de concorrência com outros meios de materialização. (Meios de materialização)

Máxima (2): Os processos flexionais estão relacionados com a concordância ou outras operações sintáticas enquanto os derivacionais não. (Obrigatoriedade)

Máxima (3): A Derivação tende a servir como veículo para a expressão da subjetividade do emissor, ao contrário da Flexão, que tende a não desempenhar tal função. (Estabilidade Semântica)

Máxima (4): Os elementos da Derivação, ao contrário dos da Flexão, podem funcionar como índices de sinalização do falante, no que diz respeito a aspectos sociolinguísticos. (Função Indexical)

Máxima (5): Elementos da Flexão são mutuamente excludentes; elementos da Derivação podem não ser. (Excludência/Não Excludência)

(PIZA, 2012, p. 195; 197; 198; 200; 201, *itálicos no original*)

Face às máximas abordadas, a teórica expõe, em uma tabela, o comportamento do gênero, do número e do grau de acordo com as características abordadas em cada máxima:

Aspectos	Flexão	Derivação
Meios de materialização	Número	Gênero/ grau
Obrigatoriedade	Gênero (adjetivos)/ número	Gênero (substantivo)/ grau
Estabilidade Semântica	Número	Gênero/ grau
Função Indexical	Gênero/ número	Grau
Excludência/ Não Excludência	Gênero/ número	Grau

Tabela 2 Comportamento do gênero, número e grau (PIZA, 2012, p. 202)

A partir da tabela acima, é possível dispor gênero, número e grau em uma escala na qual se observa o número localizado à extrema direita, onde se localiza a flexão, e o grau à extrema esquerda, ao lado da derivação, sendo o gênero o mais limítrofe entre os três categorias.

De acordo com o exposto, conclui-se que

[...] há dificuldade em classificar as palavras, pois nem sempre é simples rotulá-las, pô-las em gavetas, nas quais fiquem bem comportadas e acomodadas. Fatos morfológicos são complexos e dinâmicos, mutáveis no tempo. Parece que, em Morfologia, é preciso conformar-se com a inexistência, às vezes, de fronteiras rígidas e bem definidas. Ao lado de exemplos caracterizáveis como representantes de certas categorias, há também fatos flutuantes e não bem caracterizados. (PIZA, 2012, p. 203)

A partir dos problemas encontrados nos livros escolares analisados por Piza (2012) e das propostas apresentadas por ela para com o ensino das três categorias dentro dos processos discutidos acima, a estudiosa sugere que o termo "flexão" seja substituído por "variação", referindo-se às modificações do gênero, número e grau sofridas pelos substantivos e adjetivos no português.

1.1. Derivação de gênero: um novo olhar

Ao tratar da morfologia flexional, gramáticas normativas e livros didáticos colocam o gênero e o número em um mesmo nível. No entanto, como mencionado anteriormente, estudos recentes começam a discordar do fato de a flexão ser a responsável pela indicação do gênero. Isto porque, sendo a flexão um processo fechado e obrigatório, imposto pela estrutura da frase, torna-se, por conseguinte, sistemático. A partir desse fato, Botelho (2004) entende que a derivação é um processo aberto, não obrigatório e assistemático, já que o falante possui em seu léxico uma variedade de afixos dos quais podem ser escolhidos aqueles que melhor satisfazem a sua necessidade comunicativa.

A par dessa inferência, torna-se imperioso observar o que diz Câmara Jr. (2011):

[...] Na descrição da flexão de gênero em português não há lugar para os chamados "nômes" que variam em gênero por heteronímia. O que há são substantivos privativamente masculinos, e outros, a eles semanticamente relacionados, privativamente femininos. Tal interpretação, a única objetiva e coerentemente certa, se se [sic] estende aos casos em que um sufixo derivacional se restringe a um substantivo em determinado gênero, e outro sufixo, ou a ausência de

sufixo, em forma nominal não derivada, só se aplica ao mesmo substantivo em outro gênero. Assim, imperador se caracteriza, não flexionalmente, pelo sufixo derivacional *ĩdor*, e *imperatriz*, analogamente, pelo sufixo derivacional *ĩtriz*. Da mesma sorte *galinha* é um diminutivo de *galo*, que passa a designar as fêmeas em geral da espécie ñgaloò, como *perdigão* é um aumentativo limitado aos machos da ñperdizò. Dizer que *ĩtriz*, *inha* ou *ĩão* são aí flexões de gênero é confundir flexão com derivação.ò (CÂMARA JR., 2011, p. 89)

A partir desse pensamento, entendemos que o autor não considera os sufixos formadores do feminino de ñimperadorò e ñgaloò e do masculino de ñperdizò como flexionais, visto que são restritos a um número muito baixo de vocábulos, isentos de regras que possam se aplicar às palavras em geral. Desse modo, para Câmara Jr. (2011), os vocábulos acima mencionados têm o gênero indicado através de sufixos derivacionais.

O teórico acrescenta ainda:

A flexão de gênero é uma só, com pouquíssimos alomorfes: O acréscimo, para o feminino, do sufixo flexional *ĩa* (/a/ átono final) com a supressão da vogal temática, quando ela existe no singular: *lob(o) + a = loba; autor + a = autora*. (CÂMARA JR., 2011, p. 89-90)

Ao contrário dos adjetivos, que são ñflexionadosò a fim de concordar em gênero e número com os substantivos (sendo esse processo sistemático), os nomes substantivos dispõem de uma variedade de afixos para expressar a categoria de gênero (*cf.* Botelho (2004, p. 87).

O morfema *ĩa*, segundo Botelho (2004), não é exclusivo do processo de formação do feminino na língua portuguesa e tampouco sistemático, pois não há regras para expressar a categoria morfológica de gênero. Dessa forma, tal morfema se iguala aos demais, passando a constituir derivação, e não flexão, ao contrário do que afirma Câmara Jr. (2011)

Outro argumento de Botelho (2004) que favorece o gênero como um processo derivacional é o fato de as formas femininas, incluindo as terminadas em *ĩa*, normalmente figurarem no dicionário, concomitantemente às masculinas. Trask (2011, p. 75) afirma que ñNa maioria das línguas, a **derivação** é um dos principais meios para obter palavras novas com base nas que já existemò (grifo no original). Desse modo, ñmeninaò é uma palavra derivada de ñmeninoò, através da comutação do morfema *ĩo* por *ĩa*, o que revela duas realidades diferentes e que, portanto estão presentes nos dicionários. Em Ferreira (2010, p. 499), o vocábulo ñmeninoò é definido como ñ[...] Criança do sexo masculinoò, da mesma sorte que ñmeninaò refere-se a ñ[...] Criança do sexo feminino. [...] Mulher nova e/ou solteira; mocinhaò.

Esse fato comprova ser o feminino um gênero derivado do masculino. A troca de *ĩo* por *ĩa* denota dois significados distintos, excluindo qualquer possibilidade de que tais morfemas, por serem mais gerais no português, sejam flexionais, sendo a derivação atribuída a afixos os quais, por sua vez, são restritos a determinados vocábulos.

Para Trask,

A questão-chave é distinguir a derivação da **flexão**. Quando acrescentamos certos afixos a *escrever*, produzindo formas como *escreve*, *escrevendo* e *escrevi* (e também, de maneira mais complexa, *escrito*) não obtemos palavras novas, mas apenas formas gramaticalmente distintas da mesma palavra: isso é **flexão**. Não se

esperaria encontrar verbetes de dicionários diferentes para todas essas formas: basta um único verbete para todas elas, com o título **escrever**. Mas outros afixos produzem palavras autenticamente diferentes, como **reescrever**, **sobrescrever**, **escritor**, e estes são exemplos de derivação. Para estas palavras, espera-se encontrar verbetes de dicionário distintos, mesmo que um dicionário menos abrangente possa não dar atenção a **reescrever**, cujo significado é tão evidente. (TRASK, 2011, p. 75, grifos no original)

Desse modo, seria mais apropriado tratar da flexão como um processo associado a verbos cujos sufixos indicadores de tempo, modo, número e pessoa não alteram o significado fundamental, da mesma forma que as formas nominais também não o fazem. Morfemas dessa natureza flexionam-se sistematicamente, visto que são eles os indicadores do tempo verbal em que se passa a ação, e se esta se encontra em progresso ou concluída. Por conta de não haver mudança no significado essencial da palavra, basta uma única aparição no dicionário. O adjetivo seria também flexionado sistematicamente, uma vez que depende da forma assumida pelo substantivo para realizar a concordância.

Como bem observa Botelho (2004), não serão todos os morfemas denotadores de gênero, visto que muitos não possuem uma forma correspondente masculina ou feminina. *ñCasaò* e *ñterraò*, por exemplo, não possuem um correspondente no gênero masculino (não existe **caso* e **terro*), sendo o *ï* a átono final em ambas as palavras vogais temáticas nominais:

[...] o morfema de gênero *ñ-aò* pode ser observado em: *ñmenin-o/aò*, *ñlob-o/aò*, *ñmestr-e/aò*, *ñelefant-e/aò*, *ñcantor-/aò*, *ñoficial-/aò* e outras. Já não se pode observá-la [**sic**] em *ñcas-aò* (apesar de ser feminina), nem em *ñplanet-aò* (exclusiva e convencionalmente masculina) ou em *ñartist-aò* (que de acordo com a intenção do falante é masculina ou feminina *ï* nesse caso, o gênero é explicitado por um determinante do tipo artigo). Nestas e em outras formas de temas nominais diversos (*ñcarroò*, *ñtriboò*, *ñdenteò*, *ñmenteò*, *ñsofáò*, *ñjacaréò*, *ñcaquiò*, *ñtatuò*, *ñamorò*, *ñsolò*, *ñcalò*, *ñpudimò*, *ñmártirò* e outras), não há nenhum índice morfológico de gênero. (BOTELHO, 2004, p. 89)

Assim, com o objetivo de saber de que forma o conteúdo é abordado no segundo segmento do ensino fundamental, serão analisados, adiante, dois livros didáticos atuais adotados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), ambos do sexto ano, visto que é nessa fase escolar que os compêndios escolares ensinam tal ponto da gramática a nossos alunos.

2 *ï* FLEXÃO E DERIVAÇÃO NOS LIVROS DIDÁTICOS

Cereja e Magalhães (2009), autores da série **Português Linguagens** (2009), situam o gênero, o número e o grau no rol da Flexão. As três categorias são abordadas em momentos diferentes: a flexão de gênero e número dos substantivos e adjetivos mostra-se presente no capítulo três da unidade dois, enquanto o grau dos substantivos e adjetivos é visto mais à frente no capítulo um da unidade três.

No que concerne à Flexão, Cereja e Magalhães (2009, p. 113) a definem como *ñ[...] variações que as palavras sofrem, de acordo com as exigências gramaticais de cada*

situação [...]ò. Em outras palavras, tomando como exemplo o sintagma ñmeninas estudiasò, vemos que o plural do adjetivo ñestudiasò se realiza por meio do plural do nome ñmeninasò. Se, por outro lado, tivesse sido utilizada a forma singular não marcada ñmeninaò, o adjetivo ficaria também no singular. A partir de tal análise, depreende-se que os adjetivos concordam com os substantivos em gênero e número.

Com o foco voltado ao estudo do gênero dos nomes, Cereja e Magalhães (2009) defendem que não se deve associar a noção de gênero com a de sexo dos seres, pelo fato de não só pessoas e animais, mas também coisas o possuem.

No que tange ao número, Cereja e Magalhães (2009) apresentam regras de formação de plural e tratam, em meia página, da flexão dos adjetivos. O gênero iguala-se, em grande parte, ao dos substantivos. A troca de ñ o por ñ a e o acréscimo de ñ a no final do adjetivo para indicar feminino constituem a mesma regra para os substantivos.

Em se tratando do número, a flexão dos adjetivos assemelha-se a dos substantivos devido ao fenômeno da concordância. Assim, em ñmulher **feliz**ò e ñmulheres **felizes**ò, ñpapel **azul**ò e ñpapéis **azuis**ò, o adjetivo toma as formas singular ou plural, determinadas pelos substantivos.

Por fim, chega-se aos estudos da gradação dos substantivos e adjetivos, segundo Cereja e Magalhães (2009). Eles apresentam os graus aumentativo e diminutivo e indicam ao aluno os dois processos pelos quais estes são formados: o analítico e o sintético.

Os autores dão exemplos preciosos de diferentes sufixos presentes na fala coloquial e na norma culta da língua portuguesa:

No uso popular e coloquial da língua, o aumentativo sintético é feito quase exclusivamente com os sufixos ñ **ão** ou ñ **zão**: burac**ão**, pão**zão**; e o diminutivo sintético, com os sufixos ñ **inho** ou ñ **zinho**: buraqu**inho**, pão**zinho**.

Na variedade padrão formal, entretanto, há outros sufixos formadores de aumentativo e diminutivo, como, por exemplo, ñ **aço**, ñ **ázio**, ñ **isco**, ñ **ico**: bala**aço**, cop**ázio**, chuvis**co**, veran**ico**. (CEREJA e MAGALHÃES, 2009, p. 135, grifos no original).

Quanto ao grau dos adjetivos, são apresentadas, de forma completa, clara e simples, definições e exemplos para o entendimento do aluno. Os autores definem o grau comparativo como aquele que ñOcorre quando o adjetivo destaca a qualidade de um ser em relação a outroò (p. 136), exemplificando de forma similar a de gramáticas normativas (**cf.** CUNHA e CINTRA, 2008, p. 269). O grau superlativo é dividido em superlativo absoluto, cujas formas sintética e analítica apresentam a mesma morfologia do grau dos substantivos (substantivo mais sufixo, para a sintética, e uso de palavras indicadoras de intensidade, para a analítica); e relativo, que pode apresentar superioridade ou inferioridade.

O segundo livro didático é uma produção de Beltrão e Gordilho (2009). Nele, as flexões de gênero e número dos substantivos e adjetivos encontram-se presentes no mesmo capítulo. No entanto, não se encontra nenhuma menção ao grau em português. Beltrão e Gordilho (2009) o excluem do livro didático, preferindo salientar o estudo flexional dos nomes. Uma discussão acerca da ausência do grau na obra em questão será realizada em outro momento deste artigo.

Fazendo um contraponto com a obra de Cereja e Magalhães (2009), percebe-se que, em Beltrão e Gordilho (2009), as regras para a flexão de número não se apresentam de forma detalhada. Tomando como exemplo palavras terminadas em ñ al, ñ el, ñ ol e ñ ul, não há diferenças nas duas obras quanto à formação do plural: basta trocar o ñ l por ñ is.

Entretanto, em relação aos substantivos terminados em *il*, Beltrão e Gordilho (2009) não entram em detalhes, limitando-se a explicar que substantivos terminados em *il* [...] fazem o plural em *is* ou *eis*. (p. 252, grifo no original).

As regras para os adjetivos apresentadas por Beltrão e Gordilho (2009) consistem nas mesmas para os substantivos. No entanto, esquecem-se de mencionar que, consoante acontece com os substantivos, adjetivos terminados em *il* precedidos de **a**, **e**, **o** ou **u** têm seu plural em *is*, ao passo que com os adjetivos terminados em *il* precedidos de **i**, faz-se a flexão em *is* ou *eis*. A última regra apresentada é para os adjetivos terminados em *m*, cujo plural se realiza por meio da troca de *m* por *ns*: mulher jovem **m** *mulheres jovens*.

Terminada a exposição acerca do plural dos substantivos, Beltrão e Gordilho (2009) lembram a existência de nomes que se empregam apenas no plural, como núpcias, parabéns, costas, entre outros.

As autoras apontam regras de formação de masculino e feminino dos nomes substantivos e adjetivos e fazem um breve comentário acerca dos adjetivos biformes e uniformes e sua indicação de gênero. Torna-se importante lembrar que as autoras tratam o gênero e o número dos substantivos e adjetivos como processos flexionais, excluindo os estudos tocantes ao grau.

Anteriormente, levantou-se uma questão referente à ausência da abordagem do grau em Beltrão e Gordilho (2009). A partir de agora, buscar-se-á entender o porquê dessa ausência.

Um ponto levantado por Gonçalves (2007) dá conta de explicar a opção de autores de livros didáticos por preterir a categoria de grau:

[...] as gramáticas escolares voltadas para o ensino médio, mesmo as consideradas mais inovadoras³, ainda consideram o grau como uma das flexões dos nomes. Muitos desses manuais sequer acenam para o fato de afixos gradativos atualizarem conteúdos semânticos variados, limitando-se, na grande maioria das vezes, a afirmar que sufixos como *inho* e *ão* expressam, nessa ordem, diminuição e aumento. [...] Além disso, ao incluir o grau no rol das flexões nominais, as gramáticas *il* sejam elas escolares ou não *il* deixam de explicitar as diferenças entre essa categoria e as de gênero e número, que, ao contrário do grau, ativam a concordância no âmbito do sintagma nominal. (GONÇALVES, 2007, p. 151)

Conforme apontado pelo autor, muitos materiais didáticos elevam gênero, número e grau a uma mesma posição, o que impossibilita a diferenciação das três categorias. Câmara Jr. (2011) já afirmava que o grau é constituinte da Derivação devido à evolução semântica apresentada pelos sufixos gradativos. Na Flexão, o que ocorre com gênero e número é distinto: atinge-se a concordância no âmbito do sintagma nominal, ou seja, gênero e número do nome adjetivo são determinados pelo gênero e pelo número do nome substantivo, núcleo do sintagma.

Ainda, como lembra Gonçalves (2007), não se chegou a um consenso quanto à classificação do grau como um processo pertencente à Flexão ou à Derivação. Essa incerteza talvez tenha sido a razão pela qual Beltrão e Gordilho (2009) optaram por não tratar a categoria de grau em seu livro. Há, certamente, autores de compêndios didáticos que se arriscam ao igualar gênero, número e grau dentro da Flexão. Todavia, tendo em vista as dúvidas e discussões no âmbito acadêmico, cada pesquisador se vê com autonomia suficiente para colocar o grau dentro da categoria que melhor lhe convier, apesar de, como sabemos, esse fato confundir o estudante.

CONCLUSÃO

Conforme já afirmado, a classificação de gênero, número e grau dos substantivos e adjetivos dentro da Flexão e da Derivação é um assunto em discussão entre muitos pesquisadores e especialistas na área da morfologia. Ainda não se chegou a uma resposta consentânea sobre o lugar adequado que cada uma das três categorias deve ocupar nos dois processos. Devido a isso, deparamo-nos com diferentes autores de compêndios didáticos que, indecisos e divergentes quanto ao assunto, conceituam a Flexão e a Derivação de forma imprecisa.

Acompanhamos o tratamento nivelado de Cereja e Magalhães (2009) quanto ao gênero, número e grau dos substantivos e adjetivos. Os autores consideraram as três categorias como processos flexionais. Beltrão e Gordilho (2009) também reputaram o gênero e o número dos nomes substantivos e adjetivos como pertencentes à Flexão, porém nada mencionaram a respeito do grau, em vista das dificuldades em classificá-lo, as quais foram mencionadas por Gonçalves (2007).

Diante dessas dificuldades, pesquisadores relevantes na área, como Gonçalves (2007) e Piza (2012) contribuíram com seus estudos, a fim de ajudar futuros e atuais professores a lidar com essa problemática. Gonçalves (2007, p. 163), em se tratando especificamente do grau, concluiu que é difícil classificar um e outro critério como flexional ou derivacional. ãA expressão morfológica do grau [...] é analisável como flexional, por alguns, e como derivacional, por outros.ð As pesquisas de Piza (2012) apontaram para a inexistência de fenômenos caracterizados como tipicamente flexionais ou derivacionais, sendo a Flexão e a Derivação distribuídas em cada extremo de um **continuum** no meio do qual são dispostos o gênero, o número e o grau, de modo a ficarem mais próximos ou distantes da Flexão e da Derivação, conforme as características que apresentam.

Diversos autores já consagrados consideram o gênero como um processo puramente flexional. Câmara Jr. (2011), por exemplo, trata como flexão os casos em que substantivos masculinos obtêm o feminino através da regra geral de formação, que é a troca do *io* por *ia*, ou o acréscimo do morfema *ia* ao vocábulo, dispondo de pouquíssimos alomorfes. Os nomes cujos afixos indicadores de feminino fogem à regra (como os sufixos *triz* *essa* *isa* *inha*), assim como os casos de heteronímia, são considerados por Câmara Jr. (2011) como casos de derivação.

Autores recentes lançam mão de argumentos os quais mostram ser a derivação responsável pela formação do gênero dos substantivos. Botelho (2004) refuta a proposta de Câmara Jr. (2011) ao comprovar que um vocábulo como *ñmenina*ð é derivado de *ñmenino*ð pelo fato de ambos denotarem semânticas diferentes, além de serem dicionarizados isoladamente (**cf.** FERREIRA, 2010, p. 499). Além disso, o autor também observa casos de vocábulos que não possuem gênero, graças à inexistência de correspondentes na forma masculina ou feminina.

Devido às teorias e análises apresentadas neste artigo e, principalmente, por conta das dificuldades em classificar as categorias de gênero, número e grau dentro dos processos de Flexão e Derivação, a formação continuada se faz essencial para que os professores de língua portuguesa estejam imersos em constante atualização a fim de que o ensino dos pontos aqui abordados se dê da melhor forma possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. rev., ampl. e atual. conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BELTRÃO, E. S. e GORDILHO, T. **Diálogo**: língua portuguesa. 6º ano. Ed. renovada. São Paulo: FTD, 2009.
- BOTELHO, J. M. **O gênero dos substantivos**: flexão ou derivação? **SOLETRAS**, São Gonçalo, ano IV, n. 07, p. 86-92, jan./ jun. 2004.
- CAMARA JR., J. M. **Estrutura da língua portuguesa**. 44. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
- CEREJA, W. R. e MAGALHÃES, T. C. **Português**: Linguagens. 6º ano. 5. ed. reform. São Paulo: Atual, 2009.
- CUNHA, C. e CINTRA, L. F. L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.
- FERREIRA, A. B. H. **Míni Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.
- GONÇALVES, C. A. Flexão e derivação: o grau. **In**: VIEIRA, S. R. e BRANDÃO, S. F. (orgs.). **Ensino de gramática**: descrição e uso. São Paulo: Contexto, 2007.
- LIMA, R. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.
- PIZA, M. Processos Nominais e o Ensino. **In**: PALOMANES, R. e BRAVIN, A. M. (orgs.). **Práticas de ensino do português**. São Paulo: Contexto, 2012.
- TRASK, R. L. **Dicionário de linguagem e linguística**. Tradução de Rodolfo Ilari. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

INFLECTION OR DERIVATION? REFLECTIONS ABOUT TEACHING OF GENDER, NUMBER AND DEGREE

ABSTRACT

This article's aim is to raise discussions about teaching of gender, number and degree in our schools. This subject is constantly debated in the academic and scientific environments, since there is not still consensus concerning the division of the three categories within the processes of inflection and derivation in the Portuguese language. Through productions of theorists and specialists in Morphology, one goes in search of solutions that can help teachers cope with such grammar point properly. There is still a discussion about gender inflection, a proposal of teaching which is currently defended by teachers and theorists.

KEY-WORDS: Inflection. Derivation. Teaching.